



# Estudo Diagnóstico das ONG em Cabo Verde

---

Praia, 12 de Novembro de 2015

## Conteúdo

Apresentação .....	3
Introdução .....	4
Objectivos .....	5
Metodologia de Trabalho .....	5
Grupo Alvo e Critérios de Selecção .....	5
Métodos e Instrumentos de Trabalho .....	5
Procedimento.....	6
<b>Caracterização das OSC em Cabo Verde .....</b>	<b>7</b>
<b>OSC Afiliadas na Plataforma.....</b>	<b>9</b>
<b>Área Geográfica de Intervenção .....</b>	<b>10</b>
<b>Participação e Governança associativa .....</b>	<b>12</b>
<b>Membros .....</b>	<b>15</b>
<b>Domínios de Intervenção das ONG .....</b>	<b>17</b>
<b>Instalações/equipamentos sociais .....</b>	<b>18</b>
<b>Período de Funcionamento das OSCs .....</b>	<b>19</b>
<b>Caracterização dos Recursos Humanos .....</b>	<b>20</b>
<b>Voluntários.....</b>	<b>21</b>
Projectos desenvolvidos nos últimos três anos.....	22
Instrumentos de acompanhamento e gestão dos Projectos.....	25
Adesão Comunitária / Impacto dos projectos.....	27
Perceção quanto as principais dificuldades que enfrentam as ONGs.....	28
Relação entre as OSCs e a Plataforma das ONGs de Cabo Verde.....	29
<b>Conhecimento do Estatuto/regulamento da Plataforma das ONGs de Cabo Verde.....</b>	<b>29</b>
<b>Expectativas das OSCs quanto ao papel que atribuem a Plataforma das ONGS .....</b>	<b>29</b>
<b>Nível de Apreciação quanto ao serviços prestados pela Plataforma das ONGs no desenvolvimento da sociedade civil organizada.....</b>	<b>31</b>
<b>Nível de Apreciação quanto ao relacionamento entre as OSC e Plataforma das ONGs. ....</b>	<b>32</b>
<b>Responsabilidade social dos Membros associados. ....</b>	<b>34</b>
Considerações Finais.....	35
Bibliografias.....	38

## **Apresentação**

A edição, em 2015, do primeiro relatório de diagnóstico das ONGs Cabo Verde tem como objetivo ser um instrumento de trabalho, de informação e de consulta muito útil não só para as ONG's (organizações não governamentais) e os parceiros dentro e fora do país, como também para os activistas de desenvolvimento, as instituições públicas e privadas e o público, em geral.

Esse trabalho busca identificar as principais características assumidas pelas organizações não-governamentais (ONGs) cabo-verdianas, fornecendo informações sobre a identificação, o modo de funcionamento, as áreas de intervenção e as parcerias desenvolvidas por essas organizações que têm o mérito de estar a contribuir, de forma significativa, para a melhoria de conhecimento das OSC em Cabo-Verde.

As características assumidas pelas organizações pesquisadas foram levantadas em entrevistas com seus dirigentes, visitas às suas sedes e nos documentos institucionais disponibilizados. A informação contida neste segundo documento foram recolhida, entre Novembro de 2014 e Julho de 2015, através de um inquérito realizado junto de ONG's e outras OSC's, que teve lugar nos principais concelhos do país, tendo outros sido contemplados através do envio das fichas para o respetivo preenchimento e reenvio pelo correio.

O Projecto contou com o apoio financeiro da REPAOC , a quem agradecemos pela renovada confiança na importância deste trabalho para a Plataforma, as ONG's, as associações comunitárias e todas as outras organizações nacionais e locais cabo-verdianas que vêm dando um contributo de valor para um Cabo Verde mais equitativo e solidário e com mais oportunidades de realização para as pessoas e as localidades onde vivem.

## **Introdução**

A partir da década de 1990, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) alcançaram um significativo crescimento em Cabo Verde, assumindo um papel de destaque na sociedade. Embora diversas organizações hoje denominadas ONGs já existissem há algum tempo, foi a partir daquela década que se popularizou esse termo e que houve um notável crescimento quantitativo e no impacto da ação desse tipo de organização. No início, tais organizações foram percebidas como iniciativas de apoio a causas específicas, baseadas em trabalho voluntário e comprometidas com ideais de justiça e solidariedade.

A vida associativa evoluiu muito, desde então e, hoje, o país já conta com mais de duas centenas de ONG's e cerca de 600 outras categorias de OSC's, sob forma de associações comunitárias, organizações socioprofissionais, ligas, fundações, redes, cooperativas, mutualidades e grupos, entre outras.

Na linha da frente desta caminhada, encontram-se as ONG's de desenvolvimento e as associações comunitárias que, em todos os concelhos e ilhas, vêm participando, de forma significativa, para o desenvolvimento de Cabo Verde, ao mesmo tempo que concorrem para a redução da pobreza e exclusão social, implementando ações de desenvolvimento e de promoção das populações pobres e muito pobres.

Este engajamento justifica o aparecimento, nos últimos anos, de um grande número de ONG's de desenvolvimento e associações comunitárias, cuja ação estende-se aos mais variados domínios e sectores de actividades. A maior parte dessas organizações está registada sob a forma jurídica de uma associação/ONG e umas poucas estão reconhecidas como agrupamentos profissionais, fundações e ligas, existindo, igualmente, grupos, cooperativas e organização de solidariedade internacional.

Todavia, as ONG's e demais OSC's deparam-se com inúmeras dificuldades na sua acção, a começar pela sua limitação em termos de condições institucionais e capacidades internas para realizar uma boa gestão dos recursos que conseguem junto de parceiros nacionais e internacionais de desenvolvimento.

## **Objectivos**

Na realização deste estudo diagnóstico, procurou-se aquilatar, por um lado, identificar as principais características assumidas pelas organizações não-governamentais (ONGs) cabo Verdiana do ponto de vista da sua: sua implantação territorial; sectores da sociedade em que atuam; a governação associativa; o seu relacionamento com o Governo e os parceiros de acção;

Por outro lado, pretendeu-se avaliar igualmente as apreciações das OCS em relação a Plataforma das ONGs, procurando conhecer : i) as suas expectativas, satisfação com os serviços; ii) sugestões e críticas em relação ao seu funcionamento, servindo de elementos para iniciar um processo de reajuste e adaptação da Plataforma a realidade actual .

## **Metodologia de Trabalho**

### **Grupo Alvo e Critérios de Selecção**

A selecção das ONG a envolver no presente estudo foi feita de filiação na diversas associações federativas do país, envolvendo a Plataformas e as CRPs. Desta forma partiu-se de uma lista de 2008, onde as ONG foram contactadas através de carta/email onde foi anunciada a lançamento do Inquérito. Além disso, em vários concelhos do país os inquéritos foram elaborados por entidades parceiras que designaram algum(s) dos seus técnicos para apoiar no processo.

Com vista a chegar ao máximo número de ONG possíveis e, particularmente para aquelas onde não se conseguiu entregar o questionário, a realização do inquérito foi publicitada no site da Plataforma, onde se pedia o engajamento das ONGs, bem como utilizou o método bola de neve para conseguir informações relativas as ONGs/OCBs que não constavam na lista das organizações federativas .

### **Métodos e Instrumentos de Trabalho**

Para atingir os objectivos estabelecidos, a recolha de dados junto das ONG foi feita com o auxílio de um questionário, aplicado, na maioria dos casos durante uma entrevista presencial individual.

Esta entrevista sime-estruturada tinha como guião de suporte o questionário (Anexo 2), o qual era composto por um conjunto de perguntas fechadas e abertas. Optou-se pelo preenchimento presencial do questionário, envolvendo as organizações chapéu, designadamente, as CRPs e algumas ONGs federativas, devido à fraca taxa de adesão que se verificou. Por outro lado, optou por esta via porque presencialmente tem-se a oportunidade de esclarecer e aprofundar certas questões, que de outra forma seria impossível.

As informações recolhidas foram organizadas numa base de dados construída no programa PHP MYSQL e depois foram alvo de análise estatística SPSS (21). Os resultados destas análises encontram-se reunidos no presente relatório.

### **Procedimento**

A recolha de dados para o presente estudo teve a duração de 9 meses (Novembro a julho de 2015) e foi levada a cabo pelos serviços de Seguimento & Avaliação e do serviço de apoio as OSCs, com apoio de entidades parceiras a nível local seguindo a calendarização anunciada na carta distribuída às ONG.

As entrevistas foram realizadas, regra geral, com os responsáveis das ONG ou com alguém pertencente ao conselho executivo, de forma a garantir um conhecimento extensivo sobre o funcionamento e actividades da ONG que representavam.

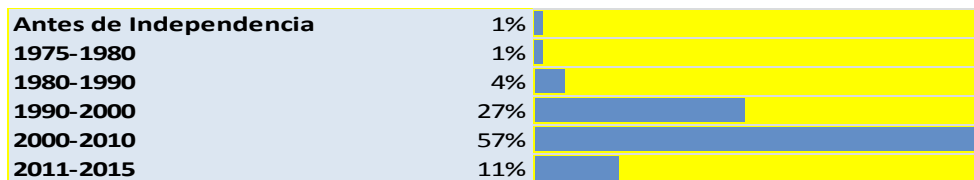
## Caracterização das OSC em Cabo Verde

As primeiras organizações com estatuto de ONG que surgiram em Cabo Verde, efectivamente, no início dos anos 60, num cenário de crescentes dificuldades económicas, eram organizações estrangeiras de cariz mais técnico, ligadas à educação e solidariedade social ao desenvolvimento rural.

A necessidade crescente de resposta a problemas económicos e sociais levou, numa primeira fase, ao surgimento de associações de base comunitárias, com enfoque nas zonas rurais e, posteriormente, o aparecimento de ONG's de características mais especializadas com acções mais abrangente, cobrindo regiões e em muitos casos todo o território nacional.

Partir da década de 90 com o surgimento do estado democrático assistiu-se, uma nova dinâmica social, surgindo novas modalidades de intervenção da sociedade civil, o que fez emergir organizações não governamentais bem estruturadas, em vários domínios e sector da sociedade Cabo-verdiana. A pesquisa revelou que 94% das ONGs sem fins lucrativos existentes atualmente foram criadas a partir dos anos 1990, com destaque para as lhas de Santiago, Santo Antão e São Vicente.

Quadro 1: Evolução das associações entre 1964 até a 2015 é a seguinte



Fonte: Inquérito as ONG 2014/15 –Dep. de M&A

De acordo com o levantamento, até Outubro de 2015, exceptuando as Associações Desportivas reconhecidas oficialmente, que se regem por uma legislação específica, conseguiu-se cadastrar um total de 724 (setecentos e vinte e quatro) Organizações da Sociedade Civil de fim não lucrativo em Cabo Verde. O conjunto de instituições identificadas como ONGs abarca desde ADC, ADR; Cooperativas, ONGs, que apoiam causas de naturezas diversas (Agricultura, Pecuária, meio-ambiente, cultura, Micro-finanças, família etc) e atingem públicos variados (como crianças, adolescentes em situação de risco, Mulheres, Pessoas vivendo com problemas de saúde e idosos).

Observa-se, entre as organizações que assumiram, uma grande variação em relação aos propósitos perseguidos, às formas de gestão adotadas e ao grau de institucionalização alcançado. Há ONGs voltadas para a defesa de grupos sociais específicos, enquanto outras direcionam seus esforços para questões que se apresentam relevantes para a sociedade como um todo. Algumas instituições desempenham tarefas que tradicionalmente são entendidas como inerentes ao Estado, ao passo que outras visam influenciar a ação do governo e atuar na definição de políticas públicas. O campo de ação de algumas organizações não vai além do bairro no qual estão instaladas, enquanto outras atuam em questões de âmbito nacional.

**Quadro 2: Distribuição das ONGs por ilhas/concelho segundo tipologias**

Concelho	Tipologias de ONGs identificadas							Total Geral	%
	ADC	ADR	COOP	FUND	ONG/MUT	ONGD	ONGD/IMF		
BR	16	6				1	1	24	3,3%
MO	14	2				1		17	2,3%
SF	32		1				2	38	5,2%
SCFG	13	2						17	2,3%
Fogo	59	4	1	0	0	6	2	72	9,9%
PR	50		2	3		52	4	111	15,3%
RGST	16					2		18	2,5%
SD	35					1		36	5,0%
SLO	16					1		17	2,3%
SZ	37					2	3	42	5,8%
SSM	10						1	11	1,5%
SCST	46						5	51	7,0%
SM	19			1			1	22	3,0%
TRST	25	1	1				2	29	4,0%
Santiago	254	1	3	4	2	67	6	337	46,5%
MA	16	7	1	1		1	1	27	3,7%
BV	10	2				6		18	2,5%
SL	20		1				9	30	4,1%
RB	26					4	1	31	4,3%
TRSN	14					1		15	2,1%
São Nicolau	40	0	0	0	0	5	1	46	6,4%
SV	23	2	1			32		58	8,0%
PA	15					6		21	2,9%
PN	39					1		40	5,5%
RGSTA	40			1		9	1	51	7,0%
Santo Antão	94	0	0	1	0	16	1	112	15,5%
<b>Total Geral</b>	<b>532</b>	<b>22</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>143</b>	<b>12</b>	<b>724</b>	<b>100,0%</b>
%	73,5%	3,0%	1,0%	0,8%	0,3%	19,8%	1,7%	100,0%	

Fonte: Inquérito as ONG 2014/15 –Dep. de M&A

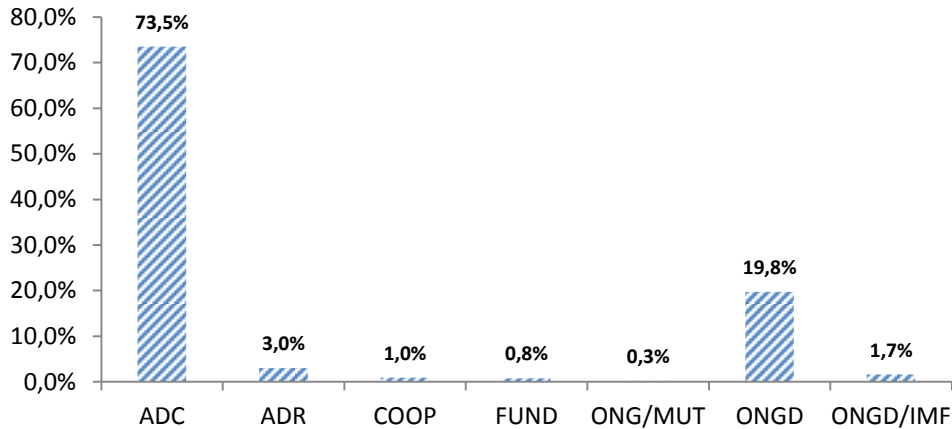
Do universo das organizações depuradas a grande maioria representa as organizações de desenvolvimento comunitário (73%), instituições que pelas suas valências atuam a nível do desenvolvimento económico e social e trabalham para o benefício directo das suas comunidades, criando as condições básicas designadamente a nível de infra-estruturas e equipamentos sociais importantes para garantir o desenvolvimento integral das comunidades, contribuindo assim para a redução da pobreza. As restantes organizações 36,5% representam ONGs de Cariz especializadas, abrangendo 28% de ONGD, incluindo as IMFs, e as restantes incluindo Associações de cariz recreativas e desportivas(3%), cooperativas (1%) e fundações (1%).

No total de ONGs apuradas, há ainda uma parcela considerável de instituições que constam dos registos, mas já não operam mais: não fecharam oficialmente, na ótica de (santos,2015) sobretudo em virtude dos custos e procedimentos envolvidos no processo.



A taxa de inoperância representa, em função do universo inquirido, cerca de 15% das ONGs existentes.

**Gráfico 1: Distribuição das ONGs por tipologias**

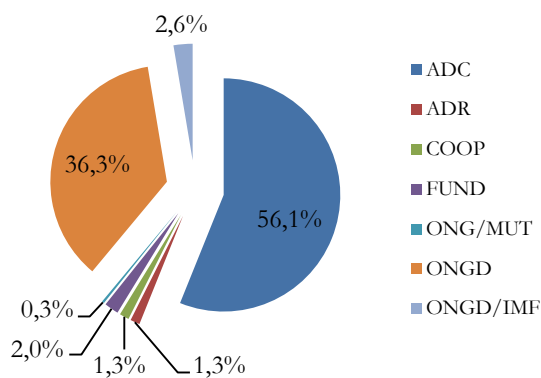


Fonte: Inquérito as ONG 2014/15 –Dep. de M&A

**OSC Afiliadas na Plataforma**

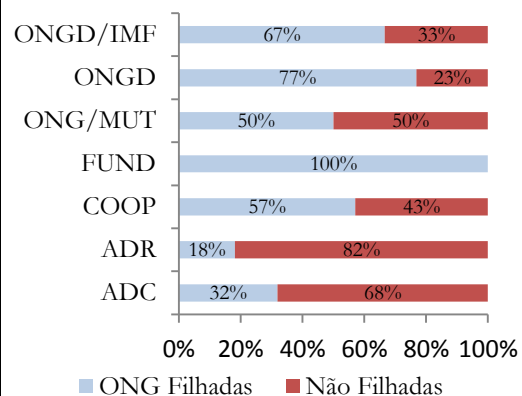
De acordo com os dados de inscrição a Plataforma conta atualmente com 304 ONGs membros, representando 41,9% das ONGs cadastrada a nível do País. A grande maioria das ONG Afiliadas são de cariz comunitários (ADC) ( 56,1%) seguido de ONGD (36,3%), IMFs(2,6%; Fundações(2%), cooperativas (1,3%) associações desportivas recreativas(1,3%) por fim as mutualidades(0,3%) (Gráfico 2).

**Gráfico 2 :Distribuição das ONG associadas segundo Tipo**



Fonte: Inquérito as ONG 2014/15 –Dep. de M&A

**Gráfico 3 : Situação da afiliação segundo tipo de ONGs**



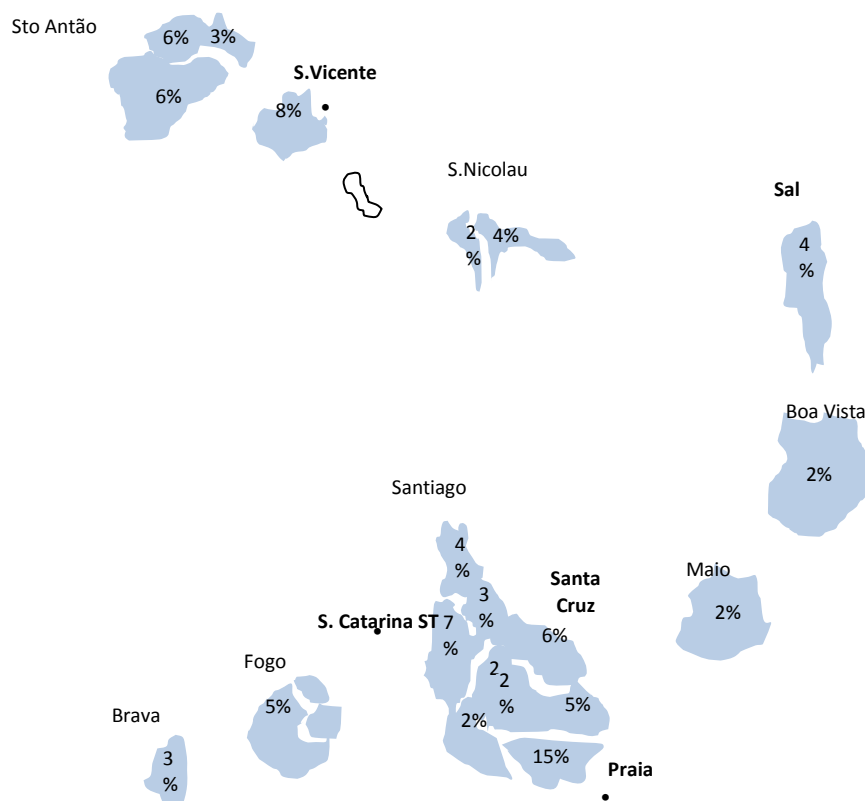
Analisando a afiliação em função das tipologia, denota-se que do universo das ONGs, a maior afluência a afiliação, a Plataforma das ONGs, se da sobretudo nas organizações de cariz urbano, abrangendo: as Fundações(100%), seguido das ONGDs (77%), as IMfs

(67%), as cooperativas (57%) . Nas outras categorias observa-se que a adesão a afiliação varia entre 32 a 50%, sendo as mais baixas nas categorias de ADR(18%) e ADC(32%) ambas organizações de cariz local. Em relação as ADCs, por representaram a maior constelação de ONGs do país, verifica-se que as sua afluência são baixas, apenas 1/3 requereram este estatuto de membro, o que representa um desafio muito grande de se continuar a angariar novos sócios nestes grupo de ONG, bem como a nível das outras onde ainda existe espaço de conquista de novos membros para aumentar a notoriedade da Plataforma das ONGs enquanto um órgão de representação das ONGs a nível do País e além-fronteiras.

### Área Geográfica de Intervenção

O arquipélago de cabo verde encontra-se dividido em 22 concelhos (segundo uma divisão administrativa): Do Gráfico abaixo, verifica-se uma forte concentração das OSC na ilha de Santiago (46,5%), seguido da a Ilha de Santão com 15%, Fogo com 9,9% e São Vicente com 8%, as restantes 6 ilhas concentrando 20% das OSC.

Figura 1. Distribuição das ONGs por concelhos



Fonte: Inquérito as ONG 2014/15 –Dep. de M&A

A concentração das ONG são predominantes nas ilhas de maior densidade populacional, bem como as ilhas que acarretam maiores dificuldades das suas

população face as desigualdades sociais existente no acesso ao mercado de trabalho e acesso aos bens e serviço.

Relativamente à área geográfica de intervenção, observa-se que uma maioria de 83% exerce a sua acção a nível local, buscando promover o desenvolvimento das suas comunidades numa perspectiva de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida da comunidade, assumindo como um instrumento catalisador para a redução da pobreza. As restantes têm uma actuação geograficamente mais abrangente: sendo 10% com uma atuação nacional, 7% actuam a nível regional.

Gráfico 4 – abrangência de intervenção

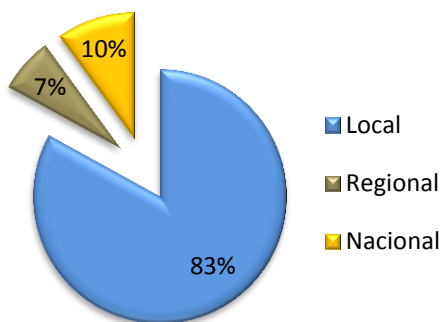
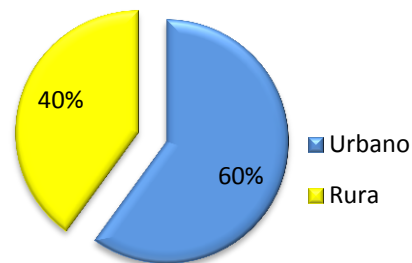


Gráfico 5 – Meio onde intervém



Fonte: Inquérito as ONG 2014/15 –Dep. de M&A

Importa destacar, que do universo das ONGs cadastradas, cerca de 60% trabalham em zonas rurais, contra 40% nas zonas urbanas, sobretudo as dos concelhos da Praia, São Vicente e Sal onde grande parte das ONGs trabalham em zonas zonas Urbanas e peri-urbanas.

### **Participação e Governança associativa**

As práticas de gestão associativa com componente participativo devem ser analisadas a partir de uma perspectiva mais ampla, incorporando os atores sociais em contextos de sociabilidade onde sejam considerados não apenas as estruturas formais do modelo de gestão, mas também como se dão efetivamente as interações entre os diversos campos de sociabilidade, e como estes processos resultam em níveis diversos de efetividade das políticas. Quando falamos de governabilidade e governança, em seu sentido mais clássico, referimo-nos à capacidade de o sistema político em operar de forma consistente os inputs legitimadores, de um lado a partir de processos políticos de representação da vontade popular (via instituições políticas constituídas legitimamente por representantes eleitos periodicamente a partir de processos eleitorais definidos previamente e divulgados ) e da existência de uma capacidade técnico/institucional capaz de processar as agendas políticas de forma eficiente e cumprir as agendas propostas.

No caso de, o modelo adotado para a governança associativa, inclui uma vasta participação dos seus membros associados. O Código Civil impõe a qualquer associação ou fundação designar nos seus estatutos um órgão colegial de administração, que inclui um, assembleia geral, um conselho directivo e um conselho fiscal, os três compostos por um número de membros, legitimamente, um dos quais deve ser o Presidente. O esquema habitual é que existe uma Assembleia Geral, um Conselho Fiscal, um Conselho de Direcção que se reúne periodicamente e um Secretariado Executivo permanente, dirigido por um Secretário Geral.

Geralmente, limitam a um mandato de 3 a 4 anos, devendo no final de cada período fazer um balanço e agendar eleições para a constituição de um novo corpo de gestão.

A realidade nos mostra que ela defere da prática comum, os resultados da pesquisa apontam que uma necessidade de uma maior democratização, renovação e circulação dos associados pelos órgãos sociais. De acordo com resultados do estudo efetuado pela PNLP, apenas 23% das ONGs renovaram os seus órgãos sociais em 2014 e uma média de 10% entre 2010 e 2014.

Resultado que ao fim a cabo acaba por confirmar, pois da pesquisa efectuada observa-se que do universo das ONGs abrangidas no estudo, apenas 52% declaram terem organizado assembleia geral no mesmo período, o que nos leva a concluir a existência de uma fraca cultura de prestação de contas de (re)legitimação dos órgãos sociais em no seio das OSCs em Cabo Verde.

**Quadro3: Realização de Assembleia Geral nos últimos anos**

[0_1 anos]	213	29%	
[2_3 anos]	83	11%	
[3_5 anos ]	46	6%	
+5anos	40	6%	
NR	342	47%	
Total Geral	724	100%	

Fonte: Inquérito as ONG 2014/15 –Dep. de M&A

Num universo de 724 associações, mais de 50% declaram terem elaborados assembleias gerais nos últimos 5 anos, sendo 29% realizado a sua assembleia a menos de um ano, 11% nos últimos três anos, 12% com mais de três anos que não realizaram a sua assembleia. de acordo. As restantes OSC não responderam a questão o que se pressupõem que não realizaram assembleias nos últimos 5 anos.

### Órgão de Gestão associativa

Todas as OSCs abrangidas na pesquisa na pesquisa dispõe de um corpo gestão, uma media de 8/indivíduos por associações, com alguma diferenças sobretudo a nível das fundações que regem por outras normas, que em vez de terem órgão conforme as ONGs tradicional organizam-se em conselhos de direcção de menor dimensão, geralmente com um presidente de conselho directivo e dois administradores.

No geral contabilizaram uma participação de 6047 dirigentes associativos, sendo 41% do sexo feminino contra 59% do sexo masculino.

**Quadro 4: Distribuição dos participantes órgãos associativos por sexo, segundo concelhos**

Concelho	Total de		Sexo		Total Geral	% Participação feminina nos orgaos	
	ong	Feminino	Masculino	Total Geral			
BR	24	88	175	263	34%		
BV	18	67	131	197	34%		
MA	27	96	113	209	46%		
MO	17	41	121	163	25%		
PA	21	55	89	144	38%		
PN	40	67	132	199	34%		
PR	111	472	583	1055	45%		
RB	31	105	211	316	33%		
RGST	18	81	88	169	48%		
RGSTA	51	149	269	419	36%		
SCFG	17	47	108	155	30%		
SCST	51	111	141	252	44%		
SD	36	145	212	357	41%		
SF	38	131	283	413	32%		
SL	30	121	173	295	41%		
SLO	17	68	36	104	65%		
SM	22	40	35	75	54%		
SSM	11	45	36	81	56%		
SV	58	195	303	497	39%		
SZ	42	184	159	343	54%		
TRSN	15	56	79	135	42%		
TRST	29	115	92	207	55%		
<b>Total Geral</b>	<b>724</b>	<b>2483</b>	<b>3564</b>	<b>6047</b>	<b>41%</b>		

Fonte: Inquérito as ONG 2014/15 –Dep. de M&A

Globalmente, as associações são lideradas por homens, contudo denota-se que alguns concelhos predomina-se a participação feminina nos órgãos de gestão, com realce a nível de conselho diretivo onde 43% das mulheres lideram a vida associativa nas suas organizações.

**Quadro 5: Distribuição dos participantes nos diferentes órgãos, por sexo, segundo concelhos**

Concelho	Conselho Directivo		Conselho Fiscal		Mesa de Assembleia	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
BR	29%	71%	30%	70%	45%	55%
BV	28%	72%	42%	58%	36%	64%
MA	52%	48%	29%	71%	53%	47%
MO	25%	75%	27%	73%	25%	75%
PA	31%	69%	44%	56%	40%	60%
PN	35%	65%	30%	70%	34%	66%
PR	48%	52%	40%	60%	44%	56%
RB	34%	66%	33%	67%	33%	67%
RGST	54%	46%	37%	63%	53%	47%
RGSTA	37%	63%	36%	64%	34%	66%
SCFG	31%	69%	27%	73%	31%	69%
SCST	46%	54%	47%	53%	38%	62%
SD	42%	58%	35%	65%	45%	55%
SF	31%	69%	30%	70%	34%	66%
SL	46%	54%	38%	63%	37%	63%
SLO	64%	36%	60%	40%	72%	28%
SM	67%	33%	53%	47%	35%	65%
SSM	50%	50%	59%	41%	60%	40%
SV	41%	59%	45%	55%	31%	69%
SZ	61%	39%	44%	56%	53%	47%
TRSN	40%	60%	52%	48%	34%	66%
TRST	55%	45%	55%	45%	57%	43%
Total Geral	43%	57%	39%	61%	41%	59%

Os concelhos marcados a vermelho são aqueles onde a participação feminina são mais expressiva.

## Membros

Os membros que formam a moldura humana das OSC foram também alvo de análise. Foram recolhidas informações sobre o número total de membros, mas também relativamente à sua distribuição em termos de género, ou seja, número de membros do sexo masculino e feminino.

Definiu-se por membro de uma ONG toda as pessoas que fazem parte da coletividade associativa, que participar em acontecimentos como a Assembleia Geral, eleição dos Órgãos Sociais e contribuindo, de alguma forma, para o funcionamento da associação. De acordo com os resultados, das 724 OSC abrangidos estimase um envolvimento de 60059 membros, repartitivos entre as diferentes modelos de actuação a nível social. As ACDs e a as ONGDs São as que movimentam maior participação da sociedade civil, representando ambos 90,3% dos indivíduos associados, seguindo as IMFs com 7% , as associações desportiva e recreativas com 2 % e os restantes repartidos entre as Cooperativas e ONGs Mutualista.

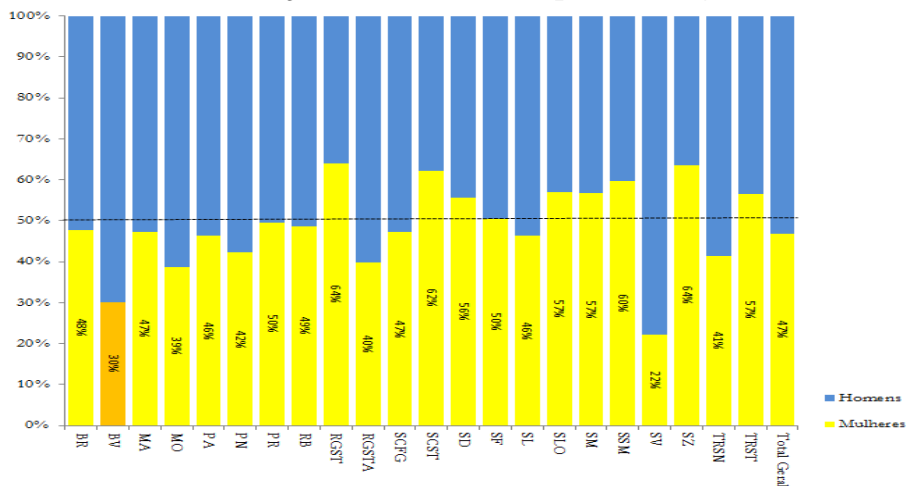
**Quadro 6: Distribuição dos associados por categoria das OCS**

<b>Categorias</b>	<b>Total OSC</b>	<b>Fem</b>	<b>Mas</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
ACD	532	13687	14389	28003	<b>46,6%</b>
ADR	22	405	823	1228	<b>2,0%</b>
COOP.	7	127	68	195	<b>0,3%</b>
FUND.	6	66	44	110	<b>0,2%</b>
ONG/MUT	2	40	24	64	<b>0,1%</b>
ONGD	143	10939	13704	26248	<b>43,7%</b>
ONGD/IMF	12	2110	1601	4211	<b>7,0%</b>
<b>Total</b>	<b>724</b>	<b>28136</b>	<b>31923</b>	<b>60059</b>	<b>100,0%</b>
%		47%	53%	100%	

Fonte: Inquérito as ONG 2014/15 –Dep. de M&A

Relativamente a questão do género os resultados gerais indicam uma ligeira participação dos homens que vida associativa, 53% contra 47% da participação das mulheres, Esta discrepâncias são mais expressivas a nível das ONGD e nas ADRS onde os resultados indicam que por cada 6 homens temos 3 mulheres, enquanto nas outras tipologias estes resultados tendem uma paridade de género, com realce para forte participação das mulheres como membros das ACDs. Apesar de ser uma diferença pouco significativa, poderá indicar uma maior predisposição das mulheres para a participação na vida comunitária e associativa.

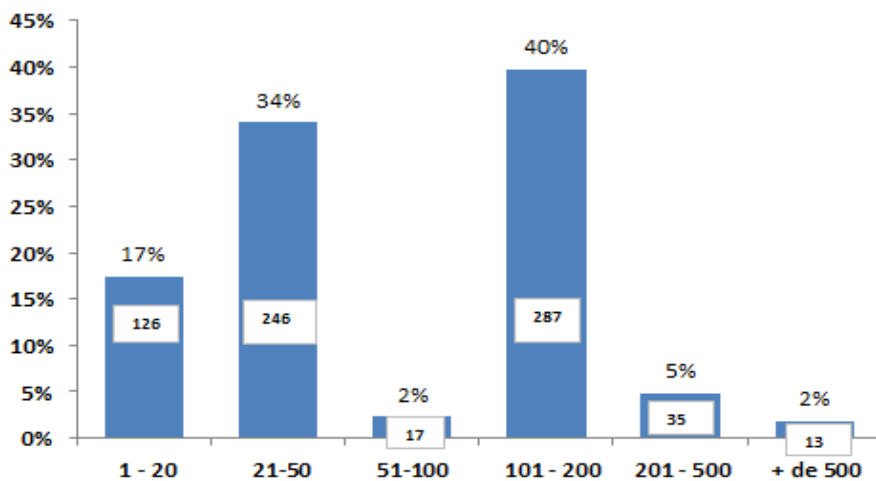
**Gráfico 6 : Distribuição % dos Membros por sexo, segundo concelho**



Fonte: Inquérito as ONG 2014/15 –Dep. de M&A

Em termos geral, a participação da mulher representa 47 % do total dos associados a nível nacional. Esta percentagem varia de Concelho para Concelho e também em função do meio de residência, urbana e rural. A participação da Mulher são menos representativa nos concelhos de São Vicente e Boa Vista, em sentido contrario surgem os concelhos Ribeira Grande Santiago, Santa Catarina de Santiago, São Domingos, São Lourenço, São Miguel, São Salvador do Mundo, Santa Cruz e Tarrafal de São Nicolau onde a participação feminina supera a participação masculina .

**Gráfico 7 : Distribuição ONGS segundo nº de Membros**



Fonte: Inquérito as ONG 2014/15 –Dep. de M&A

Assim, como se pode constatar no Gráfico 7, 17% as ONGs classificam em: de 1 a 20 membros, 34% têm de 21 a 50 membros, 2% têm de 50 a 100 membros, 40% têm de 101 e 200 membros, 5% têm de 201 a 500 membros e 2% têm mais de 500 membros. A mediana apresenta um valor de 49, significando que 50% das ONG têm até 49 membros e a outra metade tem 50 ou mais membros.



## Domínios de Intervenção das ONG

As Organizações da Sociedade Civil de fim não lucrativo estão presentes, praticamente, em todos os domínios da actividade económica, social, cultural e ambiental do país. os resultados indicam que para além um domínio de intervenção principal, diversificam e ampliam a sua actuação noutras áreas.

Quadro 7: Áreas de actuações mencionadas pelas ONGs

Áreas de Actuação	Tipo							Total Geral	%
	ADC	ADR	COOP	FUND	ONG/MUT	ONGD	ONGD/IMF		
Agricultura	10,4%	6,1%	16,7%	0,0%	0,0%	5,8%	12,8%	9,6%	10%
Ambiente	5,5%	0,0%	16,7%	9,1%	0,0%	8,5%	6,4%	6,0%	6%
Cultura, desporto e Lazer	7,5%	36,4%	16,7%	0,0%	0,0%	8,5%	2,1%	8,1%	8%
Micro-Finanças	3,0%	6,1%	0,0%	0,0%	0,0%	1,2%	17,0%	3,1%	3%
Pesca	4,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,7%	8,5%	4,1%	4%
Criança / Jovens, adolescente em risco	5,5%	9,1%	0,0%	18,2%	0,0%	9,6%	2,1%	6,2%	6%
Direitos Humanos	2,9%	6,1%	0,0%	9,1%	0,0%	6,5%	2,1%	3,6%	4%
Questão do Género e VBG	3,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,7%	4,3%	3,1%	3%
Pecuária	8,5%	6,1%	0,0%	0,0%	0,0%	2,7%	10,6%	7,5%	7%
Família e Comunidade	9,5%	12,1%	16,7%	9,1%	0,0%	9,2%	2,1%	9,3%	9%
Educação	7,8%	0,0%	16,7%	9,1%	0,0%	10,4%	2,1%	8,0%	8%
Nutrição	2,5%	6,1%	0,0%	0,0%	0,0%	1,5%	2,1%	2,4%	2%
Meio	3,4%	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%	3,5%	8,5%	3,5%	4%
Desenvolvimento Rural	10,4%	9,1%	0,0%	18,2%	33,3%	5,8%	10,6%	9,7%	10%
Religião	2,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,2%	0,0%	2,8%	3%
Saúde	5,5%	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%	6,9%	2,1%	5,5%	6%
Idoso	4,2%	0,0%	0,0%	9,1%	0,0%	3,5%	2,1%	3,9%	4%
PVIH e Vulneráveis	2,2%	3,0%	0,0%	9,1%	0,0%	4,6%	0,0%	2,6%	3%
Pesquisa e Investigação	0,7%	0,0%	16,7%	9,1%	0,0%	2,3%	4,3%	1,2%	1%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100%</b>
<b>Médias de áreas por ONGS</b>	<b>3,5</b>	<b>2,1</b>	<b>1,2</b>	<b>1,8</b>	<b>1,5</b>	<b>1,9</b>	<b>4,0</b>	<b>3,0</b>	

Fonte: Inquérito as ONG 2014/15 –Dep. de M&A

Em termos gerais, os sectores do desenvolvimento rural, agricultura, família e comunidade, cultura, lazer e desporto e a pecuária são as áreas de maior peso e em grande parte exercidas por ACD, que actual sobretudo a nível das comunidades. O quadro: 2 ilustra as áreas privilegiadas de intervenção das OCS de fim não lucrativo. A partir do quadro em análise, se pode agrupar as OSC de fim não lucrativo, em duas principais funções de acordo com (Santos,2015) :

- **Económica/produktiva** : englobando os sectores da agricultura, pecuária, pesca e artesanato. Ligado à produção começa a ser uma realidade, cada vez mais presente, o serviço de micro-crédito e de microfinanças, disponibilizado por ONG's, Associações de Desenvolvimento Comunitário e mutualidades e atividades de transformação de produtos agro-pecuários. Enquadra-se nesta função a atividade de prestação de serviços, organizados sob a forma de cooperativas e associações.
- **Social e de solidariedade**: englobando as áreas de saúde, ambiente, educação, cultura, lazer, desporto, formação profissional e profissionalizante, direitos

humanos e cidadania, a questão do género, desenvolvimento comunitário e a solidariedade social e humanitária, bem como a inclusão de pessoas portadores de deficiências.

A grande dependência e fragilidade financeira dessas organizações não favorece a sua especialização. Muitas vezes elas procuram, antes de tudo, subsídios para garantir o seu funcionamento, em vez de meios para implementar uma verdadeira estratégia de intervenção. Portanto, são muito poucos que podem contar com o financiamento regular de um parceiro que pretende especializar-se numa área específica. Para subsistir entre um projecto e outro, muitas ONG adoptam a solução de alargar o leque das suas actividades para se garantirem um máximo de oportunidades de ter fundos. Por isso, uma grande parte das ONGs empreende actividades muito generalizadas e fornece uma ajuda pontual. Poucas organizações são capazes de se manterem numa área técnica circunscrita.

Em media as ONGs actuam em 3 áreas de intervenção, o que nos leva, então, afirmar que a maioria das ONG não são especializada num determinado âmbito (embora existam excepções). Existem, sim, ONG como as mutualistas e os cooperativas que dado as suas caracterizas as suas ações centram, no primeiro caso, a nível de solidariedade social (saúde e apoio funerários) e no segundo caso a nível económico/produativo (comercio).

### **Instalações/equipamentos sociais**

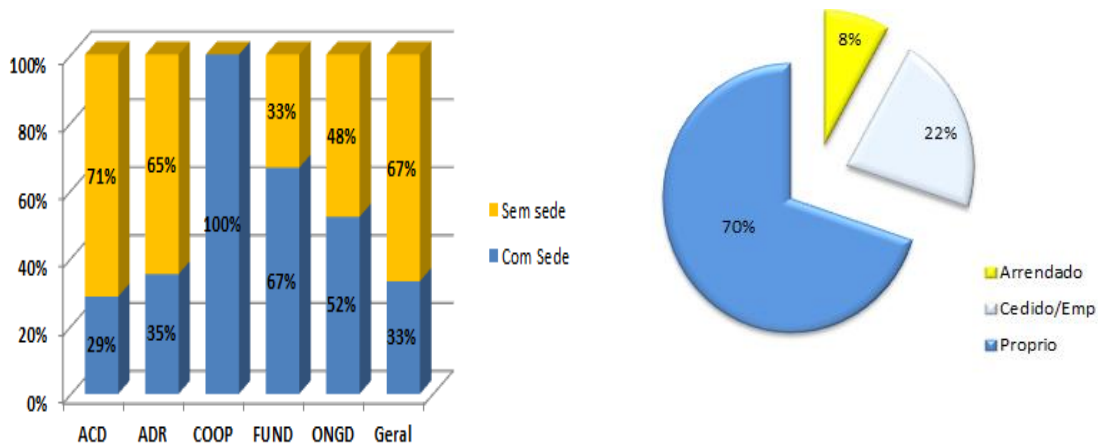
A caracterização das ONG prosseguiu com a recolha de dados sobre as instalações que as ONG têm disponíveis e que espaços utilizam para trabalhar e desenvolver as suas actividades.

A primeira questão dizia respeito à existência de sede nas ONG. Assim, verifica-se que a maioria das ONG inquiridas (67%) não tem sede própria (Gráfico 8), com predominância nas ACD e ADR, associações de porte e de poucos recursos que são criados a níveis das comunidades e que acabam por utilizar bens públicos locais (escolas, Jardins; espaços comunitários, praças atc) e em muitos casos as próprias casas para os encontros e outros afazeres das associações.

Das associações que declaram ter sedes próprias(238) a grande maioria é proprietária dos seus espaço(70%), apenas 25% é que declaram outros modalidade de propriedade, ou seja, arrendado e ou cedido / emprestado (30%) por entidades, particularmente, para que as associações possam desenvolver as suas actividades.

Gráfico 8 - Existência de Sede Própria

Gráfico 9 – Tipo de propriedade

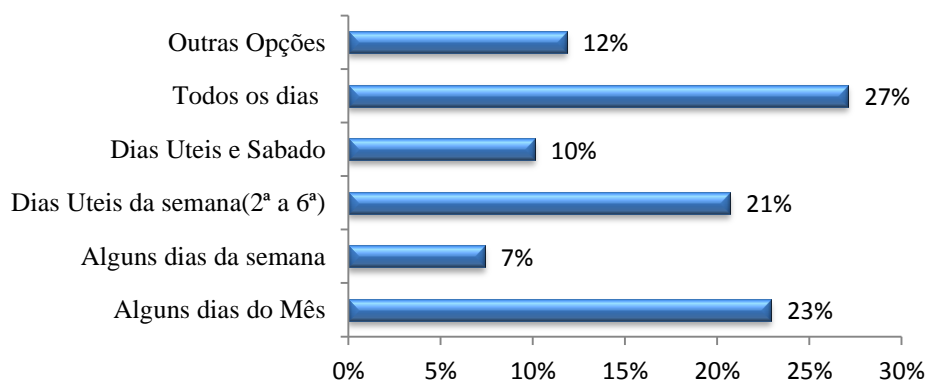


Fonte: Inquérito as ONG 2014/15 –Dep. de M&A

### Período de Funcionamento das OSCs

Em relação a frequência de funcionamento das ONGs os resultados indicam que 58% funcionam de forma permanente, com as seguintes nuances: nos dias úteis, de 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> (21%), de segunda a sábado (10%), de domingo a domingo (27%), contra 42% que funciona de forma irregular, ou seja, somente alguns dias de semana (7%) ou por mês (23%). Relativamente às que escolheram “outra opção” (12%), respondem que as suas associações reúnem / encontram, “sempre que há necessidade” e “dependendo do projecto”, o que reflecte a inexistência de um funcionamento regular que se baseia nas actividades que vão surgindo de acordo com as oportunidades de financiamento.

Gráfico 10 - Período de Funcionamento das ONG



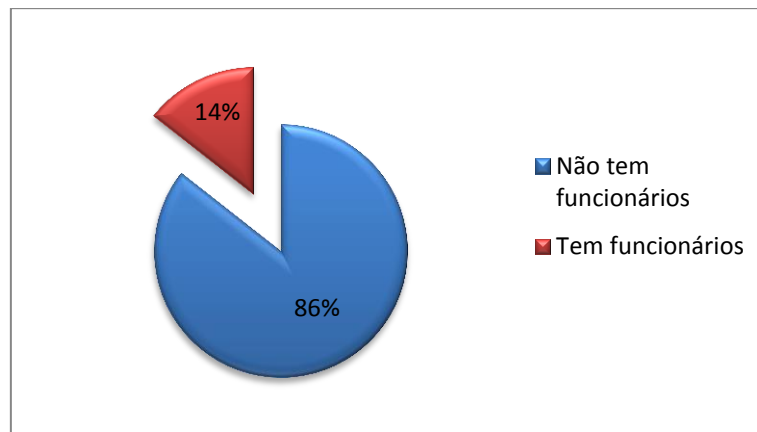
Fonte: Inquérito as ONG 2014/15 –Dep. de M&A

Analisando o funcionamento das ONGs por tipos de OSC verifica-se que as ONGs dadas as suas características, funcionam com maior regularidade (64%), enquanto que as ACDs apenas 47% declaram funcionarem de forma regular, ou seja, de segunda a sexta em prol de desenvolvimento das suas comunidades em relação à assistência e resolução dos problemas sociais, ambientais e até mesmo económicos.

## Caracterização dos Recursos Humanos

A maioria das ONG (86%) não tem pessoal remunerado a prestar serviços, reflectindo que é o regime de voluntariado que assegura o funcionamento da maioria em cabo verde funciona num quadro de muito amadorismo, o que reflecte a necessidade de uma maior profissionalização das OSC em Cabo Verde.

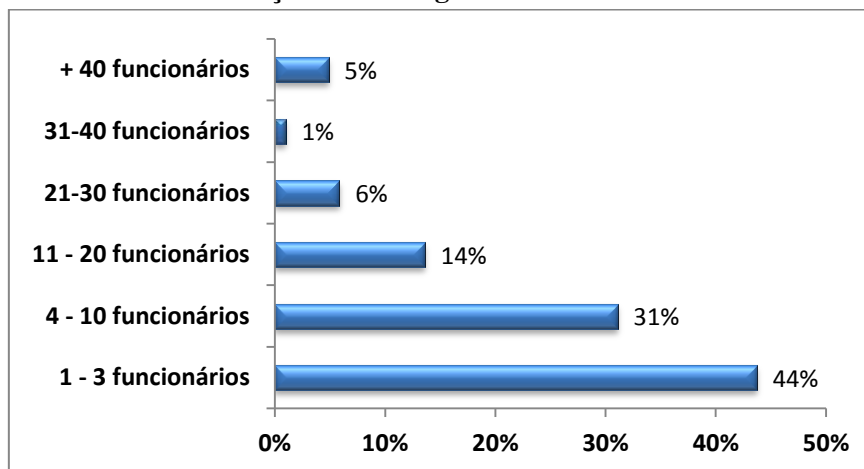
Gráfico 11: Existência de Assalariados na ONG



Fonte: Inquérito as ONG 2014/15 –Dep. de M&A

De acordo com os resultados alcançados, dos 14% de ONGs que declaram ter funcionários, empregam 1071 funcionário, sendo 56% do sexo feminino e 44% do sexo masculino. Em uma media as ONGs tem 10, funcionários, no entanto, importante descartar há uma significativa disparidade de respostas e a amplitude de resultados são bastante dispare (com um mínimo de 1 e máximo de 130). Neste casos a medida mais indicada para analise é a mediana e os resultados apresenta um valor de 4, significando que 50% das ONG têm até 4 membros e a outra metade tem 4 ou mais membros.

Gráfico 12 : Distribuição ONGS segundo nº de funcionários declarados



Fonte: Inquérito as ONG 2014/15 –Dep. de M&A

Assim, como se pode constatar no gráfico acima, dos 14% de ONGs que declaram ter funcionários classificam em: de 1 a 3 funcionários, 44%, de 4 a 10 funcionários, 31%; de 11 a 20 Funcionários, 14%; 31 a 40 funcionários 1% e mais 40 Funcionários 6%, sendo estas últimas ONGs de grande porte com representações em mais de uma ilha e geralmente cujo contam com financiamentos fixos dos seus parceiros e em muitos casos estão ancorados a uma entidades internacionais como são os casos de ( FSOS, Caritas; Cruz Vermelhas etc).

### **Voluntários**

As OSC foram também caracterizadas quanto ao número de voluntários que contribuem para o seu funcionamento e apoiam no desenvolvimento das actividades associadas a projectos.

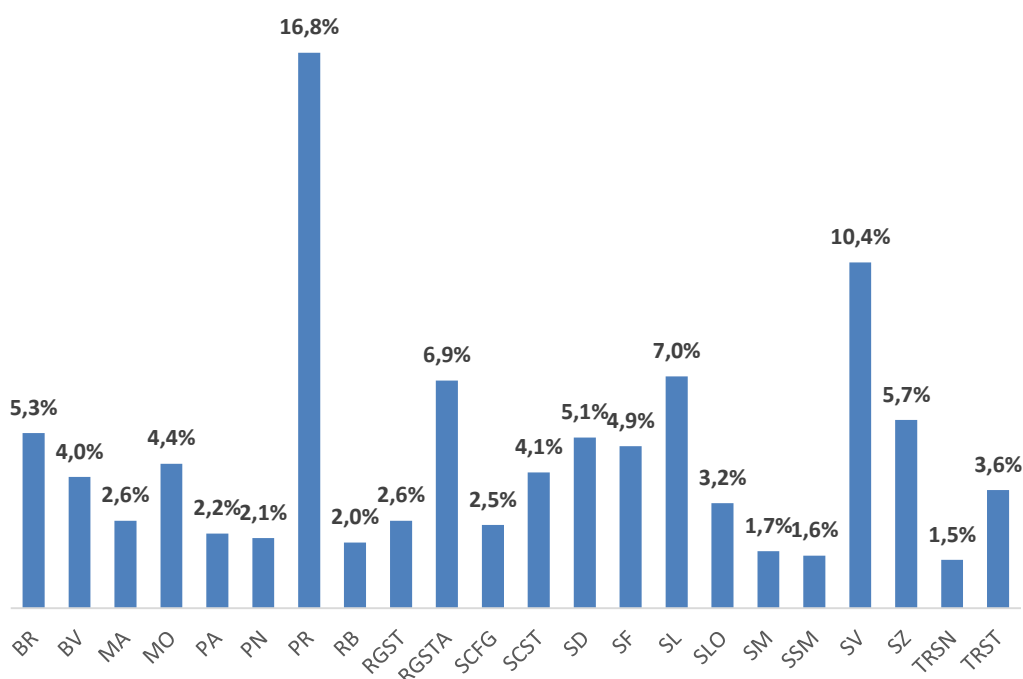
Cerca de 99% das ONG inquiridas declararam ter voluntários a colaborar nas suas actividades, com implicações de mais de 7500 voluntários, uma média de 10 Voluntários por ONGs, que embora não sejam em regime permanente, mas apoiam as ONGS de acordo com a necessidade de cada de cada projecto. Contudo, porém, há organizações como o Cruz vermelha, cuja natureza da missão torna evidente o envolvimento desse público, conta com mais de 200 voluntários envolvidos nos seus diferentes projectos.

De facto, esta forte expressão da componente de voluntariado na manutenção das actividades de uma ONG vai muito ao encontro do conceito de ONG como parte integrante da sua composição/estrutura. Com este cenário, é possível notar a forte dependência da acção voluntária de seus associados, para desenvolver seus projectos.

## Projectos desenvolvidos nos últimos três anos

Das 724 ONG inquiridas 79% declararam que terem geridos projectos últimos três anos, totalizando 1377 projectos, uma media de 2 projectos por associações, movimentando cerca de 1,2 milhões de ECV nos últimos três anos. Entretanto um total de 150 associações(21%) não responderam esta questão, o que nos leva a pressupor que estiveram inoperantes em termos de execução neste mesmo período.

**Gráfico 13: Projetos executados pelas ONGs nos últimos três anos por Concelhos**



Fonte: Inquérito as ONG 2014/15 –Dep. de M&A

O gráfico, acima indicado, revela os projectos executados pelas ONG's e a sua distribuição territorial. Praia, São Vicente e Sal concentram maior quantidade de projetos executados, e de acordo com ( Santos, 2105) este facto poderá ser explicado pela dinâmica associativa nessas ilhas ou pela ausência de uma política, se tomarmos em consideração a situação da pobreza nas restantes ilhas do país.

Analisando a questão de parceiras na execução de projectos por parte das ONG denota-se a existência de um regime de colaboração entre instituições, desenvolvendo-se parcerias que possibilitam ou, pelo menos, facilitam a implementação das acções no terreno. De acordo, com os resultados do estudo denota-se a regularidade destas trabalharem com outros parceiros locais, cerca de 46 % alega ter já desenvolvido acções nesta lógica colaborativa, conforme se pode verificar pela análise do Gráfico abaixo., Entretanto, ainda, 54% tem vindo a trabalhar de forma isolada, que é explicado pela

forte concentração das ONGSs nível local e comunitário, assumindo de acordo Com (santos, 2015) um papel de promotor e de intermediação no processo de desenvolvimento local.

Gráfico 14: Parceiros Locais

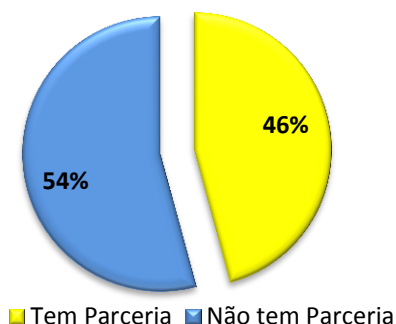
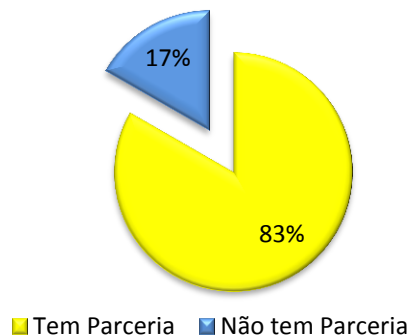


Gráfico 15: Parceiros de acção Externo



Fonte: Inquérito as ONG 2014/15 –Dep. de M&A

Este trabalho em colaboração não se esgota nas parcerias internas . De facto, a dificuldade em se manterem autónomas aliada à falta de sustentabilidade da maioria das OSCs obriga as instituições a buscarem outros parceiros, de forma a conseguirem implementar as suas acções. Frequentemente, as ONG colaboram com outros organismos (internacionais ou não e políticos/governativos ou não) numa lógica de parceria de acção de natureza financiadora, técnica, entre outras. de acordo com os resultados do estudo, é bastante notória a regularidade destas trabalharem com outros parceiros de acção, para além das próprias ONG e instituições locais, já que cerca de 83% alega ter já desenvolvido acções com apoios de organismos internacionais, das agencias Nações unidas sediadas no país, e ainda através de fundos advindos de cooperações e embaixadas, conforme se pode verificar pela análise do quadro abaixo.

Quadro 8 : Parceiros de acção /Fontes de financiamento

Fontes de Financiamento	Tipo							Total Geral	
	ADC	ADR	COOP	FUND	ONG/MUT	ONGD	ONGD/IMF		
Governo	30%	39%	0%	0%		23%	17%	28%	28%
PNUD	5%	0%	0%	0%		4%	3%	5%	5%
UNICEF	1%	0%	0%	0%		3%	3%	2%	2%
FIDA	17%	11%	0%	0%		6%	3%	13%	13%
Sector Privado	11%	11%	33%	25%		11%	10%	11%	11%
ONGs Internacionais	5%	6%	0%	0%		14%	14%	8%	8%
Emb.USA	4%	0%	0%	0%		3%	7%	4%	4%
Emb. Portugal	0%	0%	0%	0%		2%	3%	1%	1%
ONGs Nacionais	9%	17%	33%	25%		13%	14%	11%	11%
Brasileira	0%	0%	0%	25%		1%	0%	0%	0%
Espanhola	1%	6%	0%	25%		4%	10%	3%	3%
Francesa	1%	0%	0%	0%		1%	10%	1%	1%
Portuguesa	1%	0%	0%	0%		0%	3%	1%	1%
Camaras Municipais	12%	11%	33%	0%		11%	0%	11%	11%
Lux development	0%	0%	0%	0%		0%	0%	0%	0%
EU	1%	0%	0%	0%		4%	0%	2%	2%
Coop japonesa	0%	0%	0%	0%		0%	0%	0%	0%
BADEA	0%	0%	0%	0%		0%	0%	0%	0%
Fundo Canadiano	0%	0%	0%	0%		0%	0%	0%	0%
CooP Lux development	0%	0%	0%	0%		1%	0%	0%	0%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>1</b>

Fonte: Inquérito as ONG 2014/15 –Dep. de M&A

Da análise do Quadro 8, verifica-se que a Administração Pública (central e local) é a principal fonte de financiamento (39%), seguida, por ordem de resposta, dos organismos internacionais e multilaterais (25%), das ONG's nacionais (11%) e do setor privado (11%). Ainda importa destacar o Fundo Global, pela forte engajamento no processo de luta contra a sida, transformando a Plataforma das ONGs num dos parceiros nacional de combate a sida condenando o programa em tudo que este direccionado para a sociedade civil.

Em suma , o peso do sector público para as OSC é maior se considerarmos muitas transferências feitas por vários Ministérios, Institutos Públicos e Serviços Desconcentrados do Estado.

O mesmo acontece em relação às fontes bilaterais (Embaixadas) e multilaterais, o que demonstra que as OSC mobilizam um volume considerável de recursos para o desenvolvimento do país, como o foco nas camadas mais pobres e vulneráveis da nossa sociedade.

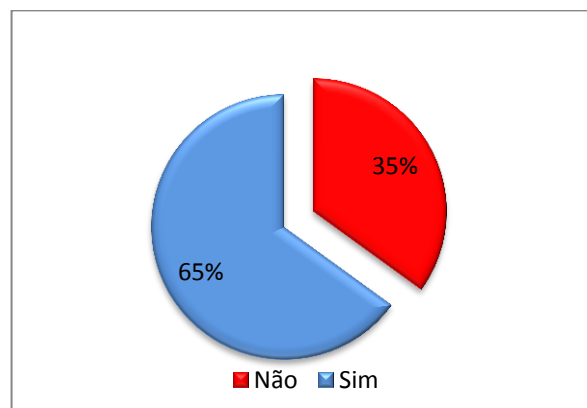


## Instrumentos de acompanhamento e gestão dos Projectos

A obtenção de financiamento e possível estabelecimento de parcerias de acção/ implementação são etapas fulcrais no desenvolvimento de projectos. Porém, o ciclo de gestão institucional não se esgota apenas com o acesso aos meios mais sim, precisa, formalizar e operar de acordo com um conjunto de regras, leis e normas, tendo seus objectivos e obrigações formalmente regulamentados. A eficácia dos objectivos estabelecidos pela organização depende da elaboração de boas normas e procedimentos e de sua eficiente sistemática de divulgação e controle.

Neste sentido, existem uma série de procedimentos e etapas a serem implementadas pelas ONG que incluem, a produção e divulgação de relatórios programáticos e contabilístico e ou financeiros , periódicos, sobre as actividades executadas, com o intuito de se ir fazendo o acompanhamento do processo de implementação, e verificar possíveis ajustes. Embora todas as ONG saibam que esta é uma etapa indispensável e obrigatória na sua prática, nem sempre se verifica o seu cumprimento.

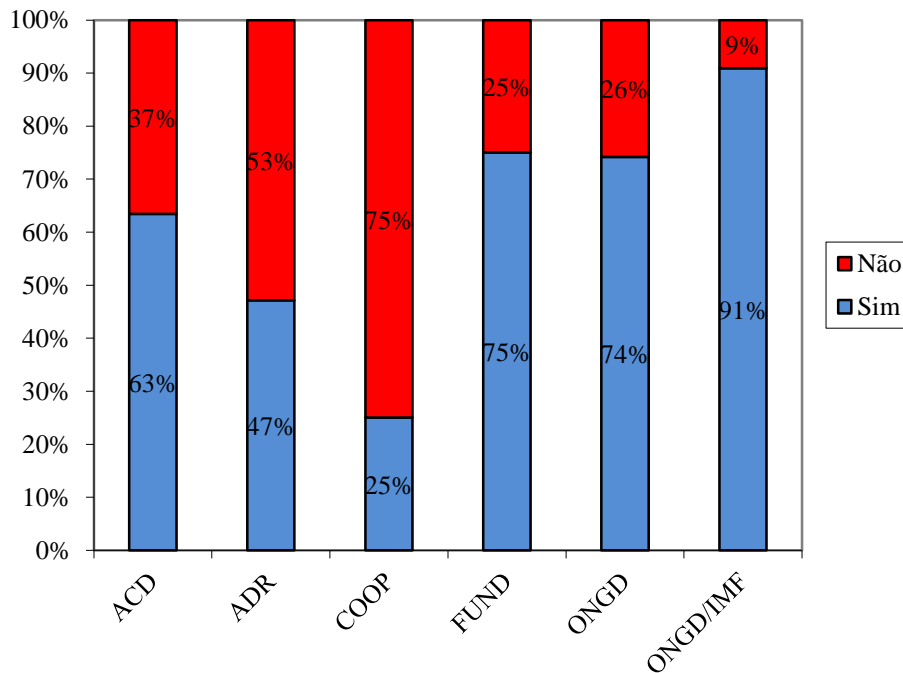
**Gráfico 16: Produção de relatorios programaticos**



Fonte: Inquérito as ONG 2014/15 –Dep. de M&A

Das 579 ONG que declararam terem geridos projectos nos últimos três , cerca de 65% afirmaram que produziram relatórios programáticos periódicos, que espelham os meandros relativos as execução dos projectos geridos, contra 35% que não produziram relatórios de execução. Esta situação de incumprimento é mais comum nas associações nas as ACDs, ADRs e cooperativas, onde os resultados apontam que mais de 60% destes declararam que não produziram relatórios de execução dos projectos implementados. Enquanto que nas Fundações, ONGDs esta situação de incumprimento é verificado apenas 17% das mesmas.

**Gráfico 17: Produção de relatórios programáticos por tipos de ONGs**



Apesar da proporção de ONG que afirmam produzir relatórios seja elevada, ainda muitas assumem que há um certo desconhecimento e falta de recursos e capacidade sobre esta matéria, o que afecta a qualidade e rigor dos mesmos.

Questionado sobre a capacidade de gestão financeira, ao seja, se dispõe de um serviço de contabilidade denota-se que do total de ONGs inquiridas 57,7% declaram ter este serviço, contra 43% que segundo as suas declarações dispõem deste serviço. Com isso, significa que ainda uma percentagem considerável de ONGs (cerca de 43%) que produzem relatórios programáticos, e nem dispõem de um serviço de contabilidade organizada capaz de servir de suporte a gestão, situação que a luz de gestão é preocupante pois cria um ambiente que não proporciona a construção de uma reputação socialmente responsáveis, e usufruir da confiança por parte dos parceiros de acção ao desenvolvimento, nacional ou internacional.

Esta situação poderá ser explicada, primeiramente pela características de maioria das ONGs em Cabo Verde, na sua maioria ONGs de pequeno porte, e segundo, pelo modo de funcionamento das OSC, geralmente sem disponibilidade de meios, e cuja previsibilidade financeira está fortemente associada a sua capacidade de mobilização de recursos o que dificulta manter um serviço do género.

## Adesão Comunitária / Impacto dos projectos

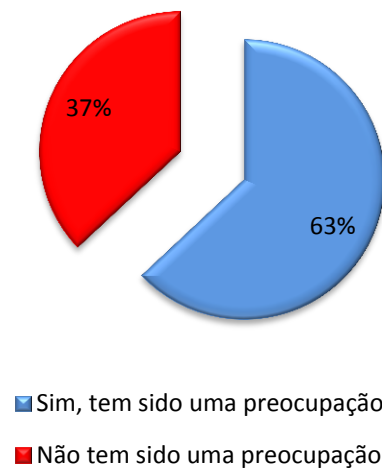
Pretendeu-se ainda analisar a adesão da comunidade aos projectos implementados pelas ONG, segundo a percepção dos inquiridos.

Como apresentado no Gráfico 18, verifica-se que a maioria dos projectos (74%) tem tido uma adesão muito positiva e, portanto, têm uma boa recepção por parte das comunidades e populações a que se destinam. Ainda assim, cerca de 26% das ONG já enfrentou algum problema na adesão da comunidade, o que se traduz em fenómenos de resistência à mudança, fraca participação nas acções de sensibilização, desmotivação dos participantes, entre outras dificuldades, conforme os testemunhos prestados aquando da realização das entrevistas.

**Gráfico 18: adesão da comunidade aos projectos implementados**



**Gráfico 19: Analise de impacto dos projectos implementado junto da comunidade**



Ainda questionado se as OSC tem trabalhado com foco no impacto dos projectos junto das suas comunidades, verifica-se 63% das ONG declararam que esta é uma questão presente e trabalhada ao nível da planificação da sua acção, contra 37% que revelaram que não existe qualquer trabalho de acompanhamento do impacto dos projectos junto das populações, sendo este um dos principais constrangimentos da sua acção.

As ONG que declaram levarem a cabo um trabalho de acompanhamento do impacto dos projectos implementados junto das populações fazem-nos através de estratégias como: equipas e núcleos de seguimento (o que implica normalmente uma disponibilidade orçamental para o efeito); reuniões de sensibilização e disseminação; observações pontuais; verificação de mudança de comportamentos; visitas regulares às comunidades, entre outros.

No decurso da temática do impacto, surge a questão da sustentabilidade dos projectos. Durante as actividades de terreno, procurou-se, igualmente, perceber se as ONG asseguravam de alguma forma a sustentabilidade das suas acções e de que forma o

faziam. A maioria das mesmas declaram que esta questão tem vindo a ser uma preocupação crescente, por um lado, devido à falta de parceiros sobretudo, após a crise mundial, verificado em 2008 que reduziram o fluxo financeiro destinado a ajuda pública ao desenvolvimento e por outro lado, pela fraca capacidade das Ongs na captação de recursos, isso também é um fator ligado à gestão, assim como conseguir parcerias e elaborar projetos.

Importa destacar, que o término de um projecto significa, em muitos casos, fim das actividades e acções, o que compromete a sua perenização da mudança e no extremo a “hibernação/extinção” de alguma das ONGs.

### Perceção quanto as principais dificuldades que enfrentam as ONGs

Tentando compreender os constrangimentos que enfrentam as ONGs na execução das actividades, os resultados evidenciam que os obstáculos à concretização de projectos são, principalmente, de natureza financeira, sendo que 70% delas apontou a opção Dificuldades Financeiras como principal dificuldade, reflectindo os constrangimentos que as ONGs enfrentam, não só para obter financiamentos para os seus projectos, mas também para a sua própria gestão e sustentabilidade quando não têm nenhum projecto a ser executado.

Igualmente, importa salientar que as OSCS padecem de outras dificuldades como: Insuficiência de Materiais (28%), Falta de Engajamento do Poder Local (25%), Falta de Recursos Humanos Capacitados (22%), Dificuldades em Estabelecer Parcerias de Acção (22%), Falta de Recursos Humanos em Geral (21%), Falta de Adesão da Comunidade (14%), os Imprevistos (9%), Resistência à Mudança (7%) e outras razões(2%).

Gráfico 20 - Dificuldades Existentes na Implementação dos Projectos



Fonte: Inquérito as ONG 2014/15 –Dep. de M&A

## Relação entre as OSCs e a Plataforma das ONGs de Cabo Verde

Com objectivo de avaliar o trabalho da Plataforma das ONGs, procurou-se saber junto das ONG abrangidas no estudo, membros e não membros, os seguintes aspectos: i) as suas expectativas, satisfação com os serviços; ii) sugestões e críticas em relação ao seu funcionamento, servindo de elementos para iniciar um processo de reajuste e adaptação da Plataforma a realidade actual. Este diagnóstico pretendia, também, ser utilizado como um instrumento de regulação e barómetro interno da própria Plataforma.

### Conhecimento do Estatuto/regulamento da Plataforma das ONGs de Cabo Verde

Esta análise iniciou-se questionando as ONGs, o seus conhecimentos relativo ao estatuto da Plataforma, um dos requisitos de adesão à Plataforma das ONGs e do conhecimento e aceitação do seu regulamento interno<sup>1</sup>. Os resultados, em termos gerais, indicam que grande maioria desconhece o estatuto da Plataforma 81% contra 19% que afirme conhecer o referido estatuto. Entretanto, quando analisado o conhecimento deste regulamento no seio dos membros, denota-se que esta percentagem aumenta consideravelmente (32%), porém o desconhecimento do estatuto/regulamento da Plataforma das ONGs constitui um desafio junto dos seus membros(67%), o que poderá ser debelado com a adopção de uma estratégia de comunicação de proximidade para divulgação dos instrumentos de gestão da Plataforma, dando a conhecer aos membros os documentos que regem as práticas da Plataforma.

#### Quadro 9. Nível de conhecimento do estatuto da Plataforma das ONGs de Cabo Verde

Status dos inquiridos	Conhece o estatuto	Não Conhece o estatuto
Membros	32.8%	67.2%
Não Membros	20.0%	80.0%

### Expectativas das OSCs quanto ao papel que atribuem a Plataforma das ONGS

A Plataforma das ONGs tem definidos como principais objectivos os seguintes:

- representar as ONG filiadas e defender os seus interesses;
- Contribuir para o reforço da concertação e da cooperação entre as ONG's e entre estas e os seus diferentes parceiros; Promover o conhecimento mútuo, a troca de experiências, a concertação e a colaboração entre as ONG's e as demais organizações da sociedade civil;
- Facilitar os contactos e o acesso aos recursos para as ONG's e associações de base; e Melhorar progressivamente a sua capacidade institucional de forma a

---

<sup>1</sup> Estatuto da Plataforma, juridicamente existente a partir 17 de Fevereiro de 1998, por despacho do Ministro da Justiça, publicado no Boletim Oficial nº 8/98, de 3 de Março de 1998.

---

responder às necessidades das ONG's, das associações e de outras organizações da sociedade civil.

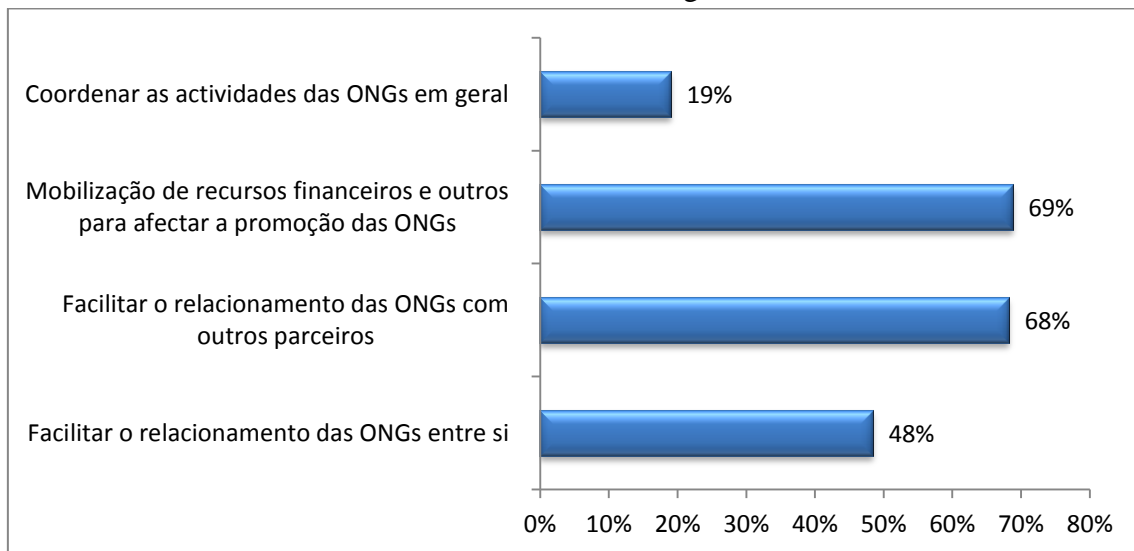
Com isso, visando Uma sociedade onde cada cidadão pode exercer os seus direitos de cidadania, num ambiente de progresso, paz, justiça e oportunidades para todos e Contribuir para o reforço e melhoria do nível de intervenção das ONG's membros, através de ações concertadas e da promoção da sua participação no desenvolvimento socioeconómico do país.

Neste sentido, com intuito de avaliar a percepção das ONGs inqueridas relativos a expectativa sobre a principal missão da Plataforma e foi-lhes pedido para escolher duas alternativas entre as cinco indicadas abaixo:

- ✓ Facilitar o relacionamento das ONG entre si;
- ✓ Facilitar o relacionamento das ONG com outros parceiros;
- ✓ Mobilização de recursos financeiros e outros para afectar a promoção das ONG;
- ✓ Coordenar as actividades das ONG em geral e por último,
- ✓ Outra.

Os resultado apontam que grande maioria das ONGs(69%) tem como percepção que a Plataforma devia concentrar os seus esforços na “Mobilização de Recursos” e na Facilitação do relacionamento das OSCs com os parceiros.

**Gráfico 21 – apreciação dos membros sobre a principal missão que esperam da Plataforma das ONGs**



Fonte: Inquérito as ONG 2014/15 –Dep. de M&A

De facto, esta é uma questão crucial com a qual a Plataforma se tem vindo a debater ao longo dos últimos, pois as ONG associam a sua filiação visando uma maior credibilidade e facilidade de obtenção e de acesso a financiamentos. A realidade tem mostrado que não existe uma relação directa, contudo deve-se destacar o papel da

Plataforma na divulgação permanente das linhas de financiamento disponíveis através do seu portal.

Como terceira missão mais associada à Plataforma relacionou-se com a vertente de estabelecer a comunicação entre as ONG como forma de ampliar o intercambio entre as OSCs nacionais, como forma levar as melhores praticas/lições apreendidas a todos recantos do país, facilitando a eficácia de intervenção dos projectos sociais.

As opções menos assinaladas foi: a coordenação das ONG, facto este que poderá estar ligado ao próprio modelo de funcionamento das OSCs nacionais, onde cada um luta pelo seu financiamento próprio, não existindo uma coordenação nacional das actividades que são desenvolvidas pelas OSC em Cabo Verde.

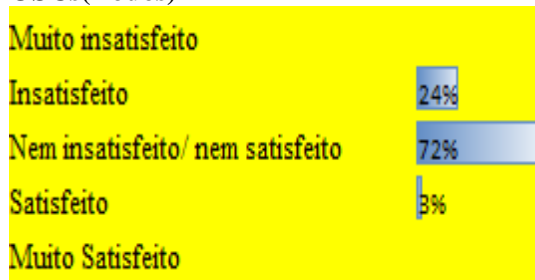
### **Nível de Apreciação quanto ao serviços prestados pela Plataforma das ONGs no desenvolvimento da sociedade civil organizada.**

Os principais serviços prestados pela Plataformas das ONGs, ao longo da sua existência centraram-se, na criação de condições que favoreçam o diálogo, a concertação e a participação de diferentes organizações da sociedade civil, em estrito respeito pelos seus ideais e princípios, o que passa, obrigatoriamente, pela sua capacidade de organização e de acção através de : fornecimento de informações concernentes a disponibilidade de financiamentos, respectivas áreas, assim como sobre as exigências dos doadores; promover formações, workshops no sentido de capacitar as associadas de acordo com seus campos de intervenção; impulsionar o desenvolvimento de legislações que facilitem a consolidação da Sociedade Civil Organizada; fomentar intercâmbio de experiências entre associadas e congéneres nacionais e estrangeiras; divulgar as actividades das associadas e promoção da imagem das associadas.

Nesta questões pretendemos perceber qual o grau de satisfação global dos associados relativamente à organização (imagem, desempenho global...), bem como um posicionamento dos mesmos quanto à sua satisfação relativamente aos principais serviços prestados pela Plataforma das ONGs. Para o efeito foi utilizada uma escala qualitativa crescente, de 0 a 4, sendo 0 equivalente a muito insatisfeito e 4 equivalente a muito satisfeito. Vejamos mais em pormenor os resultados relativos a estas questões.

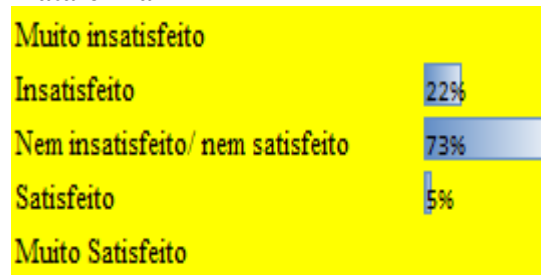
Entretanto, analisando o “grau de satisfação” relativo a este esforço empreendido pela Plataforma enquanto prestador carece de um marketing das suas actividades, pois os resultados revelam que apenas 3% das associações declaram-se satisfeita com os serviços prestados, cerca de 36% declarou-se numa situação neutra, nem satisfeita nem insatisfeita, e 24% indicaram que os serviços prestados pela FONG são insatisfatórios. Este resultado que é ligeiramente melhor quando avaliado apenas os membros, com menos insatisfeitos(22%) e mais OSCs que declaram satisfeito(5%)

**Gráfico 22: Apreciação Geral das OSCs(Todos)**



Fonte: Inquérito as ONG 2014/15 –Dep. de M&A

**Gráfico 23 :Apreciação dos Membros da Plataforma**



De uma maneira geral, e olhando para os resultados de avaliação dos serviços prestados pela Plataforma das ONGs pode-se concluir que há uma necessidade de maior divulgação dos serviços prestados pois o resultados são pouco satisfatórios isto tomando em conta que temos uma percentagem considerável de ONGs que tem uma opinião insatisfatório da serviços prestados pela Plataforma das ONGs, bem como uma percentagem considerável de ONGs neutros, ao seja, não dispõem de elementos que os permite avaliar os serviços que são prestados pela plataforma . um outro aspecto a salientar que não houve registo de opiniões extremas (totalmente satisfatórios ou totalmente insatisfatórios).

A insatisfação são mais notório nas OSCs dos concelhos dos Mosteiros, Porto Novo Santa Catarina do fogo, Brava, São Lourenço dos órgãos, São Miguel, Boa vista e Tarrafal de São Nicolau, concelhos onde a taxa de afiliação são baixa, o que reduz o conhecimento destes em relação aos serviços desenvolvido em prol das OSCs em Cabo Verde.

### **Nível de Apreciação quanto ao relacionamento entre as OSC e Plataforma das ONGs.**

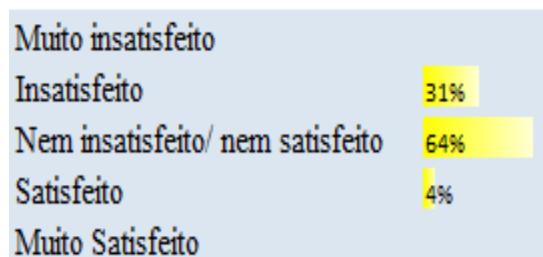
O relacionamento de qualidade vem se tornando um diferencial competitivo para as organizações que querem manter seus membros satisfeitos, garantindo assim o sucesso nas relações e a eficácia das OSC na implementação dos projectos sociais. Neste sentido , esta questão foi formulada com o intuito de perceber a que nível se situa a relação do associado com a organização.

Como não podia deixar de ser, o padrão de resposta não difere muito do encontrado anteriormente, recaindo grande parte das resposta na neutralidade, nem satisfeita nem insatisfeita(64%). A opção “Satisfatória” apenas reúne 4% das OSCs inquiridas, enquanto 31% das mesmas consideram que esta relação tem sido insatisfatória. Portanto, como se pode verificar no Gráfico abaixo, uma grande percentagem de ONG optou pela neutralidade. Mais uma vez, as opiniões extremas (totalmente satisfatória ou

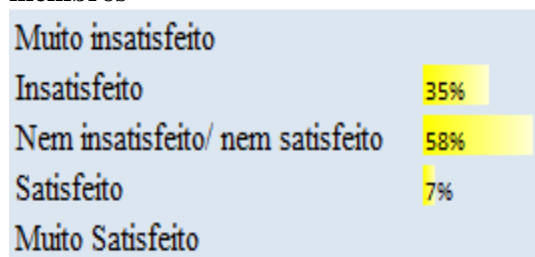


totalmente insatisfatória) não registam valores relativamente ao total das opiniões expressas.

**Gráfico 24: Apreciação Geral quanto á relação entre Plataforma e as OSCs total**



**Gráfico 25: Apreciação Geral quanto á relação entre Plataforma e as OSCs membros**



Fonte: Inquérito as ONG 2014/15 –Dep. de M&A

Em relação ao mesmo a situação não difere do todo, denota-se que a insatisfação atinge 35% das OSCs membros, enquanto que a satisfação apenas é sentida por 7% das OSCs. A insatisfação associados prendem-se com facto de existir pouca comunicação, e fraca capacidade da plataforma na mobilização de recursos para apoiar os projectos locais e em muitos casos apontam como razão a concorrência da plataforma em certas actividades que devia ser de competência das ONGs locais.

Face este resultado demonstra mais uma vez a necessidade de ter presente as questões da comunicação e do sentido de pertença na participação e adesão dos associados nas atividades da organização. Neste sentido, consideramos pertinente que a Plataforma avance desde já com algumas recomendações de ação com o objetivo de garantir o envolvimento efetivo dos nossos membros:

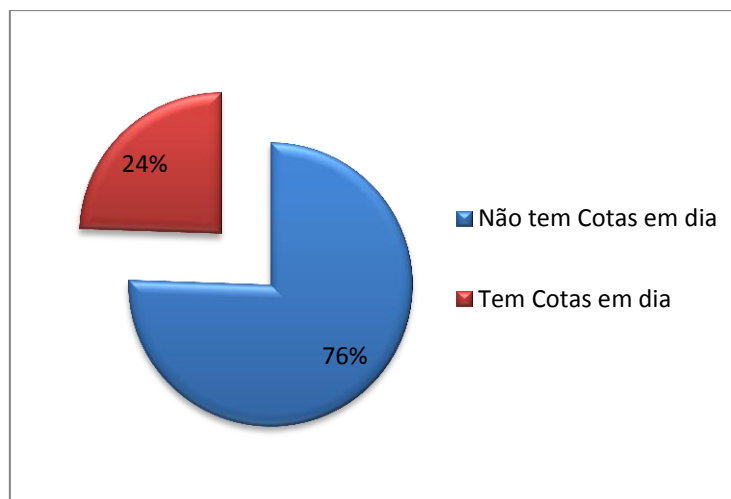
- apostar no desenvolvimento de ações e/ou momentos em conjunto com os associados no sentido de reforçar o sentimento de pertença e de reforçar o conhecimento sobre a missão, os valores e visão da organização. Estes momentos devem ser vistos como espaços de afirmação da própria identidade da organização visto que ainda existe um grande desconhecimento das diversas áreas de intervenção da Plataforma;
- promover o intercâmbio/partilha de experiências e de boas prá intercâmbio/partilha de experiências e de boas práticas de intervenção entre os associados da organização. Esta partilha pode ser desenvolvida a um nível mais micro (concelhios) ou um nível mais macro (regional) promovendo comunidades de prática;
- desenvolver mecanismos de auscultação dos associados e recolha de contributos que sejam sistemáticos e coincidentes com as fases anuais de planeamento estratégico e de balanço de atividades da organização, não só na sua dimensão distrital, mas também nacional.
- dar continuidade ao reforço da capacitação e formação capacitação e formação e formação das organizações das organizações associadas na melhoria das suas respostas sociais, rentabilização de recursos e atualização de conhecimentos na área do combate à pobreza e exclusão social.

## Responsabilidade social dos Membros associados.

De acordo com a base de dados da Plataforma até Julho de 2015 estavam inscritos na Plataforma um total de 309 associações, e destes conseguiu identificar um total de 304, cerca de 98% dos membros. esta diminuição que é resultado da saída de algumas ONGs estrangeira que deixaram de funcionar nos últimos anos.

Relativamente a responsabilidade social dos membros, ao seja, o cumprimento das obrigações do associado quanto ao pagamento de quotas anuais<sup>2</sup>, denota-se que de entre os sócios, apenas 24% tinha cotas em dia tomando como referencia o ano de 2014, as restantes tinham as suas cotas em atrasos. entretanto, a realidade tem mostrado que muitos destes regularizam as situações, em muitos casos a vésperas das eleições, sobretudo para garantirem o acesso aos seus direitos na assembleia geral.

**Gráfico 25: Situação dos membros perante o pagamento das cotas até 2014**



Fonte: Inquérito as ONG 2014/15 –Dep. de M&A

Ainda, importa destacar que existe um numero considerável de ONGs (71) inscritos que nunca pagaram as cotas, e a grande maioria com estatuto de estatutos de membros fundadores.

---

<sup>2</sup> As quotas são os valores fixados e aprovadas pela Assembleia Geral, sob proposta da Direcção, que devem ser pagas pelos Associados contribuintes anualmente.

---

## Considerações Finais

No presente estudo foram inquiridas um total de 724 ONG, sendo destes 304 estão filiadas na Plataforma das ONGs, cerca de 41,9% das OSCs total do país. De entre os membros deve-se salientar que se registou-se uma ligeira diminuição, sobretudo de algumas ONGs estrangeiras que deixaram de funcionar ultimamente. outro aspecto a destacar é que o estudo não leva em consideração as Associações Desportivas reconhecidas oficialmente, que se regem por uma legislação específica.

A totalidade das ONG inquiridas são de carácter nacional, com intervenção em toda a extensão territorial nacional. As principais áreas de intervenção das ONG são nos sectores do desenvolvimento rural, agricultura, família e comunidade, cultura, lazer e desporto e a pecuária e em grande parte exercidas por ACD, , que actua sobretudo a nível das comunidades. Mais de metade das ONG inquiridas declararam que dispõem de sede própria- um dado que influencia a capacidade de desenvolvimento de projetos e a ações destas ONG.

A maioria dos recursos humanos disponíveis nas ONG não são profissionalizados, não são assalariados, e estas assentam no trabalho de voluntários o que tem implicações ao nível do seu horário e frequência de funcionamento, que depende da disponibilidade do próprio voluntário. Este funcionamento mais informal faz com que haja uma maior dependência da formação e experiência dos voluntários, uma vez que, regra geral, estes, não são recrutados com base na sua formação profissional / académica e em muitos casos utilizando esta via para a efectuar o seu primeiro estagio académico/profissional.

Relativamente aos projectos implementados , verifica-se um elevado número de projectos desenvolvidos. Importa destacar que mais de metade das ONG(79%) respondentes, revelam terem desenvolvidos projectos no últimos três anos, o que ilustra a taxa de inactividade das associações é baixa(21%). As razões apontadas prende-se por um lado, devido a falta de apoios que sentem. De facto, as principais dificuldades apontadas são a falta de recursos financeiros, de recursos materiais e de recursos humanos capacitados e a dificuldade em encontrar parceiros de acção.

no que tange ao financiamento do setor público constituindo um dos maiores financiadores das associações em Cabo Verde. O mesmo acontece em relação às fontes bilaterais (Embaixadas) e multilaterais, o que demonstra que as OSC mobilizam um volume considerável de recursos para o desenvolvimento do país, como o foco nas camadas mais pobres e vulneráveis da nossa sociedade. Neste Contexto, importa destacar o relevante papel Fundo Global, enquanto financiador, pela forte engajamento no processo de luta contra a sida, transformando a Plataforma das ONGs num dos parceiros nacional de combate a sida condenando o programa em tudo que este direccionado para a sociedade civil

Em relação as parcerias internas, a maioria das ONG trabalha numa lógica de colaboração e parcerias com outras ONG Nacionais, com Governo, bem como com os Organismos das Nações Unidas, as Cooperações e as embaixadas .

Verifica-se que mais de metade das ONG tem por hábito a realização de relatórios técnicos e financeiros que são geralmente passíveis de consulta, caso requisitado. contudo, importa salientar que uma percentagem considerável de ONGs trabalham de uma forma muito amadora, não dispõe de capacidades para o cumprimento das suas obrigações, ou seja prestação de contas, pelo que deve-se continuar o processo de capacitação das ONGs nacional, em matéria de gestão; Planeamento, seguimento, Avaliação e Sistematização de indicadores) com vista a garantir uma maior transparência na gestão de recursos que lhes são alocados.

em matéria de expectativa. apesar da Plataforma das ONGs, enquanto uma federação, tem trabalhado no sentido de ser um órgão de representação e articulação das ONG, tentando também fornecer serviços que visem sobretudo a capacitação dos seus membros. É interessante verificar que a grande maioria dos associados atribui Plataforma das ONGs uma missão que se prende mais com a mobilização de recursos financeiros e facilitação no relacionamento com outros parceiros de ação. Esta atribuição vai ao encontro das dificuldades financeiras que foram declaradas pela grande maioria dos inquiridos. Este facto é também revelador da discrepância que existe entre a prática como, a Plataforma das ONGs, vêm trabalhando ao longo destes anos e as expectativas das ONG que representa. Tal deverá ser trabalhado e difundido através da implementação de uma estratégia de comunicação mais adequada de modo a satisfazer esta necessidade evidenciada.

No geral, o grau de satisfação com a Plataforma é de uma indefinição, pois grande maioria das ONGs optaram pela neutralidade, e cerca de 1/3 consideram insatisfatórios os trabalhos prestados pela plataforma o que nos leva a concluir que a uma necessita de reforçar o sentimento de pertença e de reforçar o conhecimento sobre a missão, os valores e visão da organização. Estes momentos devem ser vistos como espaços de afirmação da própria identidade da organização visto que ainda existe um grande desconhecimento das diversas áreas de intervenção da Plataforma, tais como: : promover o intercâmbio/partilha de experiências e de boas práticas de intervenção entre os associados da organização. Esta partilha pode ser desenvolvida a um nível mais micro (concelhios) ou um nível mais macro (regional) promovendo comunidades de prática; desenvolver mecanismos de auscultação dos associados e recolha de contributos que sejam sistemáticos e coincidentes com as fases anuais de planeamento estratégico e de balanço de atividades da organização, não só na sua dimensão concelhia, mas também nacional. dar continuidade ao reforço da capacitação e formação capacitação e formação e formação das organizações das organizações associadas na melhoria das suas respostas sociais, rentabilização de recursos e atualização de conhecimentos na área do combate à pobreza e exclusão social.

A partir dos dados disponíveis fica claro que as organizações da sociedade civil de fim não lucrativo constituem uma realidade económica, social, cultural, no sentido amplo do termo, e institucional, tanto no que se refere as suas intervenções no desenvolvimento, como pelo volume de parceiros e recursos que mobilizam para a realização de investimentos produtivos e sociais e culturais.

Entretanto, também ficam claros algumas fragilidade que ainda este sector enfrenta, designadamente a nível da capacidade organizativa, de gestão e de mobilização de recursos para por em pratica as suas ações em prol do desenvolvimento e consequentemente da redução da pobreza nos meios onde actua.

## Bibliografias

Santos,2015 “ **Estudo sobre o papel das organizações da sociedade civil de desenvolvimento “OSCD” as dinâmicas do desenvolvimento local em cabo verde**”, MAHOT, Praia Cabo Verde

INE, 2007; **Dinâmica da pobreza em cabo verde**; Praia Cabo Verde consultado no site do [www.INE.CV](http://www.INE.CV), Outubro de 2015

INE,2014: **Resultados do Inquérito Multiobjectivo Contínuo de 2014**” Praia Cabo Verde consultado no site do [www.INE.CV](http://www.INE.CV), Outubro de 2015

**Pina,Rita** “Associativismo e desenvolvimento local em Cabo Verde: notas sobre alguns percursos de revitalização rural; Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER), Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Nov. 2007 - SPER / UAAlg, 2008, CD-ROM

Outros documentos /sites consultados

Sites do Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde- [www.amncv.cv](http://www.amncv.cv)

Guia das ONGs 2008; [www.platongs.org.cv](http://www.platongs.org.cv)